

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 1992**

PRESIDENTE: O EXMO. SR. MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA: O EXMO. SR. DR. PAULO ANDRÉ FERNANDO SOLLBERGER
SECRETÁRIA: BEL^a ROSÂNGELA SILVA

Às quatorze horas presentes os Exmos. Srs. Ministros José Dantas, William Patterson, Bueno de Souza, José Cândido, Pedro Acioli, Américo Luz, Pádua Ribeiro, Flaquer Scartezzini, Costa Lima, Geraldo Sobral, Costa Leite, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro, Dias Trindade, José de Jesus, Garcia Vieira, Athos Carneiro, Vicente Cernicchiaro, Waldemar Zveiter, Fontes de Alencar, Cláudio Santos, Sálvio de Figueiredo e Barros Monteiro foi aberta a sessão.

Lida e não impugnada foi aprovada a ata da sessão anterior.

A sessão foi suspensa às quinze horas, retornando às quinze horas e quarenta e cinco minutos, ocasião em que passou a integrá-la o Exmo. Sr. Ministro Carlos Thibau.

O EXMO. SR. MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ (PRESIDENTE): Nesta primeira oportunidade, dou as boas-vindas aos Srs. Ministros, ao Dr. Subprocurador-Geral da República e aos funcionários que prestam serviços nesta Corte, na certeza de que todos gozaram férias saudáveis e felizes.

**RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA
EXERCÍCIO 1991
(RESUMO PARA LEITURA EM SESSÃO PLENÁRIA DE 13/02/92)**

I - INTRODUÇÃO

Senhores Ministros,

Ao ensejo da abertura dos trabalhos do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA no ano de 1992 não estive presente por motivo superior, conforme esclarecimento já prestado pelo eminente Vice-Presidente, Ministro William Patterson.

Destarte, somente nesta assentada a Presidência tem a satisfação de apresentar-lhe o resumo das atividades desenvolvidas no exercício decorrido e que serão objeto de relatório circunstanciado a ser oportunamente distribuído, juntamente com os mapas, nos termos do art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno.

Eleito, em sessão extraordinária do Plenário de 23 de maio de 1991, para o comando da administração deste Egrégio Tribunal e do Conselho da Justiça Federal no biênio 1991/1993, em sessão solene do dia 24 de junho, assumi a Presidência, contando com a colaboração imediata e inestimável dos eminentes Ministros WILLIAM ANDRADE PATTERSON, GERALDO BARRETO SOBRAL, CARLOS AUGUSTO THIBAU GUIMARÃES e PAULO ROBERTO SARAIVA DA COSTA LEITE, então empossados nos cargos de Vice-Presidente, Corregedor-Geral e membros do Conselho da Justiça Federal, bem assim do eminente Ministro FRANCISCO DIAS TRINDADE, eleito Diretor da Revista.

Convém registrar, também, o valioso empenho do eminente Ministro JESUS COSTA LIMA que, na qualidade de supervisor dos serviços de informática - presidente que é da Comissão de Coordenação -, tem prestado à Presidência, nesta área específica, auxílio dos mais relevantes.

Ao iniciar minha gestão, defini como meta principal o desenvolvimento organizacional do Tribunal, de modo a propiciar, a nível externo, maior facilidade na disponibilização das informações à sociedade e, a nível interno, instrumentalizar devidamente a Casa.

Para tanto, os esforços foram direcionados em três linhas de ação que deverão perdurar por todo o tempo de minha gestão, a saber:

- 1º - informatização do Tribunal em todos os níveis;
- 2º - capacitação dos recursos humanos; e
- 3º - racionalização dos serviços e procedimentos.



A conclusão da obra de edificação da sede no exercício de 1993 inclui-se, também, entre os objetivos a serem alcançados.

A informatização do Tribunal de forma a atingir todos os seus níveis, dando continuidade ao que foi iniciado em gestões anteriores, foi tratada com prioridade.

Assim, como primeiro passo, providências foram tomadas no sentido de se estabelecer a separação das atividades de informática até então desenvolvidas pelo Superior Tribunal de Justiça, deixando-se para o âmbito do Conselho da Justiça Federal a coordenação daquelas atividades referentes à Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, com supervisão do Ministro-Corregedor por delegação da Presidência, e para a Comissão de Coordenação as atividades de informática incrementadas no âmbito interno do Tribunal, como previsto em dispositivo regimental.

Outros passos implementaram o desenvolvimento organizacional do Superior Tribunal de Justiça na área de informática, tais com a complementação da configuração do equipamento IBM; a aquisição de cem (100) microcomputadores e impressoras e de cem (100) estabilizadores; realização das instalações físicas com vistas à comunicação dos dados por FIBRAÓTICA, bem assim a conversão do "software" dos equipamentos COBRA e DIGIREDE para IBM.

A política de valorização e aperfeiçoamento do servidor através de sua capacitação, no ano findo, foi atingida face ao cumprimento integral do plano de cursos previsto e ao planejamento elaborado para o presente ano em continuidade ao trabalho iniciado.

Como terceira e última linha de ação traçada por esta Presidência com a finalidade de alcançar o objetivo primeiro - qual seja o desenvolvimento organizacional do Superior Tribunal de Justiça -, implementou-se uma política de racionalização dos serviços e procedimentos, visando à melhoria e celeridade na execução das tarefas e dos atendimentos aos usuários.

Tal diretriz fez-se sentir, de imediato, através da descentralização do processo decisório nos mais diversos níveis e das alterações na estrutura organizacional do órgão introduzidas pelas Resoluções n^{os} 29 e 40, de 26 de junho e 25 de setembro de 1991, respectivamente, em razão das quais foi criada a Secretaria de Recursos Humanos, forma reestruturadas a Secretaria de Controle Interno e a Secretaria Judiciária e extintas, no Gabinete da Presidência, a Auditoria, a Assessoria Técnica e a Assessoria de Cerimonial e para Assuntos Internacionais, esta dando lugar à Assessoria de Comunicação Social.

Inovações estabelecidas na dinâmica dos trabalhos da Secretaria Judiciária contribuíram sobremodo para a política de modernização dos serviços do Superior Tribunal de Justiça. Entre elas, vale ressaltar a edição da Portaria n^o 41, de 18 de novembro próximo passado, estendendo o atendimento ao público em geral até às 19:00 (dezenove) horas pela Divisão de Execução de Sentenças e Precatórios, para recebimento de valores decorrentes do fornecimento de peças processuais.

O outro objetivo perseguido pela minha administração identifica-se com a construção da nova Sede do Superior Tribunal de Justiça iniciada na gestão anterior.

Neste particular, devo informar aos eminentes pares que a estrutura básica dos prédios que compõem a obra se encontra bastante adiantada, no exercício findo já tendo sido concluída com relação aos blocos "Ministro I" e "Ministro II" e Auditório.

Cumprido, pois, tem sido o cronograma aprovado pela Comissão Especial de Obras, aplicando-se, naquele exercício, recursos orçamentários liberados pelo Governo Federal da Ordem de Cr\$ 22.241.170.000,00 (vinte e dois bilhões, duzentos e quarenta e um milhões e cento e setenta mil cruzeiros).

Com o escopo de dar continuidade aos trabalhos de edificação implementados, no último mês de outubro foi realizada a concorrência pública para conclusão da segunda etapa, correspondente à fase de acabamento da obra. Tal procedimento licitatório resultou na contratação, em 12 de novembro do ano passado, da Construtora OAS LTDA, responsável pela edificação da primeira etapa da obra e vitoriosa, para construção da segunda, por oferecer o menor preço.

Nessa pauta, registre-se, ainda, a realização de inúmeras obras nos edifícios sede e anexo do Tribunal, dentre as quais reforma do Gabinete da Presidência; modificações e adaptações em Gabinetes de Ministros; reforma do "hall" de entrada de ambos os



prédios, ao lado de reformas e alterações de "lay-out" de unidades integrantes da Secretaria, implantação do sistema de comunicação visual do edifício anexo e instalação de balcões para atendimento ao público nas sessões processantes, ações que, completadas por obras de ajardinamento, propiciaram funcionalidade e conforto ambiente, alterando, também, o aspecto visual do prédio.

Em 1991, o orçamento geral da União (Lei nº 8.171/91) consignou ao Tribunal recursos da ordem de Cr\$ 43.536.641.000,00 (quarenta e três bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões e seiscentos e quarenta e um mil cruzeiros), aos quais se agregaram Cr\$ 1.732.000.000,00 (um bilhão e setecentos e trinta e dois milhões de cruzeiros), decorrentes de crédito suplementares, perfazendo um total de Cr\$ 45.268.641.000,00 (quarenta e cinco bilhões, duzentos e sessenta e oito milhões e seiscentos e quarenta e um mil cruzeiros).

Relativamente às despesas extraordinárias, restos a pagar inscritos em 1990 para pagamento em 1991, no montante de Cr\$ 449.003.925,27 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, três mil, novecentos e vinte e cinco cruzeiros e vinte e sete centavos), foram efetivamente realizados Cr\$ 152.887.339,34 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e nove cruzeiros e trinta e quatro centavos).

Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para o exercício de 1992 consignou recursos que, espera-se, sejam suficientes para a execução normal dos serviços do Superior Tribunal de Justiça e da construção de sua sede, de modo a se manter a previsão da conclusão da obra para o ano de 1993.

Com estas palavras, creio ter transmitido aos Senhores Ministros as principais metas perseguidas pela minha gestão, como também as atividades administrativas mais importantes por elas desempenhadas.

Passo a relatar, agora, dados relevantes das atividades judicantes do Superior Tribunal de Justiça.

2 - ATIVIDADES JUDICANTES

No período de 02 de janeiro a 19 de dezembro de 1991 - terceiro ano da instalação do Superior Tribunal de Justiça -, foram autuados e distribuídos, em sua Secretaria, 23.368 processos, dentre eles 1.115 movimentados por redistribuição, havendo os órgãos judicantes - Corte Especial, Seções e Turmas - apreciado a totalidade de 19.221 feitos. Dentre estes, 10.362 foram submetidos a julgamento em mesa, em 422 sessões realizadas, 8.859 foram julgados por despacho, nos termos do art. 34, inciso VII, XI, XVII e XVIII, do Regimento Interno.

A esses somem-se 30 outros feitos decididos pela Presidência, 04 deles deferidos e 26 indeferidos, ao lado de 559 recursos extraordinários, submetidos a exame de admissibilidade pelo Vice-Presidente, por delegação de competência, dos quais 110 foram admitidos e 449, denegados.

Registrem-se, ainda, 6.805 despachos proferidos pelo Presidente, ou Vice-Presidente no exercício de competência delegada, no âmbito da Secretaria Judiciária, bem como a publicação de 9.776 acórdãos.

Cotejando-se os quantitativos de processos distribuídos e julgados desde a criação deste Colendo Tribunal até o último exercício findo, verifica-se a existência de 11.698 feitos remanescentes, para um total de 44.174 processos recebidos, acervo pendente de julgamento que merecerá o desvelo de Vossas Excelências no decorrer do ano presente.

3 - PLANEJAMENTO

Pretende esta Presidência, ao longo de 1992, dar continuidade à sua meta básica, qual seja a de promover o desenvolvimento organizacional do Superior Tribunal de Justiça, propugnando por lhe oferecer espaço físico digno das elevadas funções que desempenha na sociedade civil.

Com esse propósito, almeja-se, na área de recursos humanos, executar, em sua totalidade, o "Plano de Capacitação do Servidor", para o qual foram obtidos recursos superiores a 1 (um) bilhão de cruzeiros; na área médica, implantar um "Plano integrado de Saúde", condizente com as reais necessidades físicas, emocionais e sociais do ser



humano; e, por fim, na área de informática, pretende-se atingir a modernização definitiva dos Gabinetes, a elaboração do planejamento do Centro de Processamento de Dados para a nova sede, o desenvolvimento de um projeto de novas tecnologias para todo o Tribunal e a implantação de um novo modelo no setor de estatística, dentre tantos outros objetivos perseguidos.

4 - ENCERRAMENTO

Senhores Ministros,

No exercício da relevante função de Presidente desta Egrégia Corte, a mim confiada pelos meus pares, tenho procurado definir com clareza os objetivos a serem atingidos, buscando, então, elaborar planos de ação correspondentes, cuja execução tem sido entregue a pessoas escolhidas com cuidado, capazes de, com treinamento e motivação, implementarem os trabalhos nos níveis esperados. Deles tenho cobrado e obtido os resultados desejados.

Realço, pois, na oportunidade, a atuação dos dirigentes, assessores e demais funcionários da Casa na execução das atividades-meio e no apoio às atividades-fim.

Quero, neste momento, ao cumprir a obrigação regimental de apresentar aos Senhores Ministros relatório do exercício do ano anterior, expressar-lhe os meus agradecimentos pelo esforço despendido com a finalidade de obter os melhores resultados na prestação jurisdicional que tanto enobrece esta Corte, ao lado da inestimável participação nas funções governativas deste Tribunal.

Por fim, trago ao conhecimento do Tribunal que, a convite do CENTRO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, de Madrid, participei do I ENCONTRO HISPANO-BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO, realizado naquela Capital, durante o mês de janeiro próximo findo, oportunidade em que proferi pequena palestra sobre a lei como garantia dos direitos dos cidadãos, em face do sistema jurídico brasileiro. Coube-me, ainda, presidir a conferência que, sobre o mesmo tema, proferiu o Prof. Francisco Rubio Llorente, catedrático de Direito Constitucional da Universidade Complutense de Madrid e juiz do Tribunal Constitucional da Espanha.

Do mesmo conclave participaram, também, os Ministros Sydney Sanches, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e Guimarães Falcão, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em cuja companhia visitei as Cortes Constitucionais da Espanha e da Itália.

É de justiça destacar a maneira fidalga como fomos recebidos pelos representantes diplomáticos do Brasil nos citados países e na França, embaixadores Lindolfo Leopoldo Collor, Orlando Soares Carbonar e Carlos Alberto Leite Barbosa, respectivamente.

Encerrou-se a sessão às 16:25 horas, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal, e pela funcionária que a secretariou.

Brasília, 17 de fevereiro de 1992

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
Presidente do Tribunal

ROSÂNGELA SILVA
Secretária